CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE Nº 1806/83 - PROCESSO SE Nº 3720/83

INTERESSADO: SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO/PREFEITURAS MUNICIPAIS
ASSUNTO : CONVÊNIO PARA EXPANSÃO E DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA DE
EDUCAÇÃO PRÉ - ESCOLAR.

RELATORA : CONSA. MARIA APARECIDA TAMASO GARCIA

PARECER CEE Nº 1710 / 83 - C.Pl. - APROVADO EM: 16 / 11 / 83.

1. HISTÓRICO:

O Sr. Secretário de Estado da Educação encaminha a aprovação deste Conselho minuta de convênio padrão a ser celebrado entre aquela Secretaria e Prefeituras Municipais incluídas no Projeto de Apoio a Educação Pré-Escolar - Meta - Manutenção do atendimento iniciado em 1982, com recursos do Programa Nacional de Educação Pré-Escolar.

Conforme informa a Assessoria Técnica de Planejamento Educacional da SE, "o referido Projeto faz parte do Plano de Aplicação de recursos provenientes do FINSOCIAL - integrante do Convênio Único Anual/1983, celebrado entre o Ministério da Educação e Cultura e a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo - aprovado pelo Conselho Estadual de Educação, através do Parecer CEE nº 1601/83 e Deliberação CEE nº 21/83 (D.O.E. 21/10/83).

O projeto prevê o repasse de recursos financeiros a 22 municípios do Estado de São Paulo no valor de CR\$ 102.555.000,00 (cento e dois milhões, quinhentos e cinqüenta e cinco mil cruzeiros), beneficiando 6.815 alunos e tendo por finalidade não interromper o atendimento aos pré-escolares já matriculados no Programa iniciado em 1982, com recursos MEC/SEPS (extra-teto).

O quadro síntese, abaixo, indica os 22 (vinte e dois) municípios beneficiados, a distribuição dos recursos por despesas correntes e de capital, bem como o número de alunos e classes abrangidas por esta meta.

PARECER CEE Nº 1710 /83

Nº	Município	nº classes	nº alun	D.Correntes	D.de Capital	Total Rec. Fin.
01	Araraquara	16	550	7.400.000	1.000.000	8.400.000
02	Arujá	10	350	4.250.000	1.000.000	5.250.000
03	Atibaia	2	70	1.050.000		1.050.000
04	Bady Bassit	2	70	1.050.000		1.050.000
05	Barragem Bonita	4	140	2.100.000		2.100.000
06	Campos de Jordão	10	350	4.250.000	1.000.000	5.250.000
07	Cândido Mota	4	140	2.100.000		2.100.000
08	Dracena	4	140	2.100.000		2.100.000
09	Espírito Sto. Pinhal	8	280	4.200.000		4.200.000
10	Fernandópolis	10	350	4.250.000	1.000.000	5.250.000
11	General Salgado	2	70	1.050.000		1.050.000
12	Paraguape Paulista	12	420	5.300.000	1.000.000	6.300.000
13	Paulínia	10	350	4.250.000	1.000.000	5.250.000
14	Pereira Barreto	10	350	4.250.000	1.000.000	5.250.000
15	Pirajuí	11	385	4.775.000	1.000.000	5.775.000
16	Pontal	10	350	4.250.000	1.000.000	5.250.000
17	Rancharia	10	350	4.250.000	1.000.000	5.250.000
18	São José do Rio Pardo	2	70	1.050.000		1.050.000
19	São Sebastião da Gramma	10	350	4.250.000	1.000.000	5.250.000
20	Taubaté	2	70	1.050.000		1.050.000
21	Mococa	6	210	3.150.000		3.150.000
22	Barretos	40	1.400	19.625.000	1.555.000	21.180.000
	Total	195	6.815	90.000.000	12.555.000	102.555.000

PARECER CEE Nº 1710/83

Os municípios foram selecionados atendendo aos seguintes critérios:

- capacidade administrativa do setor educacional para gerir os recursos e executar as ações planejadas;
- aplicação dos 20% da Receita Tributária do Fundo de Participação dos Municípios em Educação, bem como aplicação no 1º grau dos 20% de sua receita tributária;
- maior número de crianças em idade pré-escolar.

Os recursos financeiros repassados ao município, via Convênio, serão aplicados na aquisição de material escolar, materiais de higiene, primeiros socorros, uniformes, manutenção de prédio, aquisição de brinquedos, mobiliário e livros infantis.

A minuta em exame explicita o objeto do convênio, as responsabilidades das Prefeituras Municipais, as obrigações da Secretaria da Educação, a fonte de recursos, a sua classificação econômica e funcional programática, as condições do repasse, a forma de prestação de contas, encontrando-se ainda cláusulas referentes à inadimplência, à vigência, aos casos omissos e ao foro para dirimir as questões resultantes da execução.

2. APRECIÇÃO:

O convênio proposto, sob a forma de minuta-padrão, destina-se ao repasse dos recursos financeiros pela Secretaria da Educação às Prefeituras Municipais, nos termos de uma das metas do Plano de Aplicação de Recursos provenientes do Fundo de Investimento Social FINSOCIAL - integrante do Convênio Único Anual/1983/MEC/Governo do Estado de São Paulo, aprovado recentemente por este Colegiado através do Parecer CEE 1601/83 e Deliberação CEE Nº 21/83.

Trata-se de uma das metas propostas dentro do Projeto de Apoio a Educação Pré-Escolar constante nas fls. de 55 a 66 do Proc.CEE

PARECER CEE Nº 1710/83

Nº 1806/83: "Manutenção do atendimento Iniciado em 1982, com recursos do Programa Nacional de Educação Pré Escolar".

Os quantitativos e os municípios constantes no quadro transcrito no histórico conferem com o Plano já aprovado por este Conselho.

A minuta de convênio discrimina satisfatoriamente os compromissos de ambas as partes, incluindo as cautelas necessárias quanto ao acompanhamento e avaliação dos projetos municipais.

A Cláusula quarta, que trata da liberação de recursos, terá seus claros preenchidos para cada município conforme o quadro transcrito no histórico.

A Secretaria da Educação atendeu a recomendação deste Conselho, feita através do Parecer CEE nº 1601/83, no sentido de deixar expresso o compromisso do município quanto a aplicação de 20% de sua receita tributária no 1º grau, bem como a de aplicação de 20%, do Fundo de Participação em educação.

Apenas entendemos deva o "objeto" expresso na cláusula primeira adequar-se à ementa.

Nestas condições, nosso voto será favorável.

3. CONCLUSÃO:

Aprova-se a minuta padrão de convênio a ser celebrado entre a Secretaria de Estado da Educação e as Prefeituras Municipais constantes do quadro incluso no histórico do presente Parecer, objetivando a expansão e o desenvolvimento do Programa de Educação Pré-Escolar junto a comunidade, com recursos e nos termos do Plano de Aplicação aprovado por este Conselho, através do Parecer 1601/83 e Deliberação CEE nº 21/83.

São Paulo, 10 de novembro de 1983

a) Cons^a Maria Aparecida Tamaso Garcia
Relatora

PARECER CEE Nº 1710/83

4. DECISÃO DA COMISSÃO:

A Comissão de Planejamento adota como seu Parecer o VOTO da nobre Conselheira Relatora.

Presentes os nobres Conselheiros: Roberto Vicente Calheiros, Maria Aparecida Tamaso Garcia e Silvia Carlos da Silva Pimentel.

Sala das Comissões, 10 de novembro de 1983.

a) Consº

Roberto Vicente Calheiros

Presidente

DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Comissão de Planejamento, nos termos do Voto da Relatora.

Sala "Carlos Pasquale", em 16 de novembro de 1983.

a) CONSª MARIA APARECIDA TAMASO GARCIA

Vice-Presidente, no exer-

--cio da Presidência